

QUESTÕES ENEM – HISTÓRIA

1. TEMA: A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e (ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos. K. Munanga. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003, p. 37. Com relação ao assunto tratado no texto acima, é correto afirmar que:

- a) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- b) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- c) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- d) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- e) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

RESOLUÇÃO:

D) A EXPLORAÇÃO DA ÁFRICA DECORREU DO MOVIMENTO DE EXPANSÃO EUROPEIA DO INÍCIO DA IDADE MODERNA.

Os portugueses, no início da Idade Moderna, descobriram o continente africano e fizeram dele seu local de exploração, em contexto que marcava importante momento para expansão marítima. Os processos que se seguiram após a descoberta foram de escravização dos nativos, tráfico negreiro, colonização, imperialismo e depois o neocolonialismo.

2. TEMA: A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. NABUCO, J. O abolicionismo [1883]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual:

- a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
- b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais..
- c) optava pela via legalista de libertação.
- d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
- e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

RESOLUÇÃO:

C) OPTAVA PELA VIA LEGALISTA DE LIBERTAÇÃO

Veja o trecho: “**É no Parlamento** e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, **que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.**” Ele entendia que as soluções radicais como fugas e rebeliões não funcionariam. Ele defendia a via legalista, pela mudança das leis. A solução dele no final foi aceita: a abolição da escravatura pela força da lei (Lei Áurea), pela via legalista.

3. TEMA: A ESCRAVIDÃO NO BRASIL



Foto de Militão, São Paulo, 1879.
ALENCASTRO, L. F. (org). *História da vida privada no Brasil*.
Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado acima?

- a) O uso de trajés simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- b) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- c) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- d) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- e) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

RESOLUÇÃO:

C) O USO DE SAPATOS É UM IMPORTANTE ELEMENTO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL ENTRE NEGROS LIBERTOS OU EM MELHORES CONDIÇÕES NA ORDEM ESCRAVOCRATA.

Na sociedade escravista colonial brasileira a indumentária era utilizada frequentemente como marca de distinção social. Assim que alforriados, os negros libertos procuravam comprar sapatos para se diferenciar dos escravos que eram proibidos de usá-los.

4. TEMA: A ERA VARGAS

A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários. TAYLOR, M. Justiça Eleitoral. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:

- a) Implementou o voto direto para presidente.
- b) Combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.
- c) Alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
- d) Impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
- e) Expandiu a participação com o fim do critério censitário.

RESOLUÇÃO

B) COMBATEU AS FRAUDES SISTEMÁTICAS NAS APURAÇÕES.

Veja o trecho: “aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários”. *Mandatário: Def. Jurídico. Quem foi obrigado, ou mandado, a cometer um crime ou o realizou em nome de alguém.* Ou seja, este órgão seria vinculado ao poder judiciário e seria capaz de eliminar as fraudes no processo de votação.

5. TEMA: A ERA VARGAS

A definição de eleitor foi tema de artigos nas Constituições brasileiras de 1891 e de 1934. Diz a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, por sua vez, estabelece que:

Art. 180. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Ao se comparar os dois artigos, no que diz respeito ao gênero dos eleitores, depreende-se que:

- a) a Constituição de 1934 avançou ao reduzir a idade mínima para votar.
- b) a Constituição de 1891, ao se referir a cidadãos, referia-se também às mulheres.
- c) os textos de ambas as Cartas permitiam que qualquer cidadão fosse eleitor.
- d) o texto da carta de 1891 já permitia o voto feminino.
- e) a Constituição de 1891 considerava eleitores apenas indivíduos do sexo masculino.

RESOLUÇÃO:

E) A CONSTITUIÇÃO DE 1891 CONSIDERAVA ELEITORES APENAS INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO.

O enunciado da questão se refere ao gênero dos eleitores, ou seja, ao sexo. Nesse sentido, fica claro que a Constituição de 1891 restringia o poder de voto aos homens maiores de 21 anos, o que demonstra que, naquele período, o direito político era reservado aos homens. Já a partir da Constituição de 1934, as mulheres já tem o direito ao voto.

6. TEMA: A ERA VARGAS

De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dívida do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar. (DANTAS, M. A. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990).

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a:

- a) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado autonomia para o exercício de atividades sindicais.
- b) legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.
- c) criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
- d) legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.
- e) decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas da classe operária.

RESOLUÇÃO:

D) LEGISLAÇÃO TRABALHISTA QUE ATENDEU REIVINDICAÇÕES DOS OPERÁRIOS, GARANTINDO-LHES VÁRIOS DIREITOS E FORMAS DE PROTEÇÃO.

A era Vargas, apesar de ter representado um período em que o governo adotou de medidas controladoras e ditatoriais, também foi um período de modernização e de consolidação das leis trabalhistas. A CLT, implementada no Brasil a partir de 1930, foi um conjunto de leis que concedia determinados direitos aos trabalhadores, como jornada de trabalho de oito horas, aposentadoria, férias, etc. Essas medidas tornou Getúlio muito popular e trouxe o apoio dos trabalhadores que o chamavam de “pai dos pobres”.

7. TEMA: REGIME MILITAR NO BRASIL

Opinião
Podem me prender
Podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Aqui do morro eu não saio não
Aqui do morro eu não saio não.
Se não tem água
Eu furo um poço
Se não tem carne
Eu compro um osso e ponho na sopa
E deixa andar, deixa andar...
Falem de mim
Quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor,
Estou pertinho do céu

Zé Ketti. Opinião. Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.

Essa música fez parte de um importante espetáculo teatral que estreou no ano de 1964, no Rio de Janeiro. O papel exercido pela Música Popular Brasileira (MPB) nesse contexto, evidenciado pela letra de música citada, foi o de:

- a) entretenimento para os grupos intelectuais.
- b) valorização do progresso econômico do país.
- c) crítica à passividade dos setores populares.
- d) denúncia da situação social e política do país.
- e) mobilização dos setores que apoiavam a Ditadura Militar.

RESOLUÇÃO:

D) DENÚNCIA DA SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO PAÍS.

A música de Zé Ketti é apresentada em 1964, ano em que o Brasil sofrera um golpe militar que tinha como característica além da violência, a perseguição aos seus opositores. A censura proibia que fossem feitas músicas ou espetáculos que contestassem a ordem social vigente.

8. TEMA: REGIME MILITAR NO BRASIL

PSD - PTB - UDN
PSP - PDC - MTR
PTN - PST - PSB
PRP - PR - PL - PRT
Finados

FORTUNA. *Correio da Manhã*, ano 65. n. 22 264, 2 nov. 1965.

A imagem foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia de Finados de 1965. Sua relação com os direitos políticos existentes no período revela a:

- a) extinção dos partidos nacionais.
- b) retomada dos partidos estaduais.
- c) adoção do bipartidarismo regulado.
- d) superação do fisiologismo tradicional.
- e) valorização da representação parlamentar.

RESOLUÇÃO:

C) ADOÇÃO DO BIPARTIDARISMO REGULADO.

A imagem mostra os partidos que foram extintos em outubro de 1965 após a promulgação do AI 2. Nele os militares aumentam a repressão, vários partidos são extintos e têm suas sedes invadidas e o poder Judiciário passa a sofrer intervenções do governo militar. Com o pluripartidarismo extinto, é estabelecido o bipartidarismo em que o partido da situação era a denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e a oposição era feita pelo Movimento Democrático Brasileiro, MDB.

9. TEMA: REGIME MILITAR NO BRASIL

Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2010.

O Ato Institucional nº 5 é considerado por muitos autores um “golpe dentro do golpe”. Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do Poder Judiciário, porque isso significava:

- a) a substituição da Constituição de 1967.
- b) o início do processo de distensão política.
- c) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.
- d) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.
- e) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante o golpe de 1964.

RESOLUÇÃO:

D) A AMPLIAÇÃO DOS PODERES NAS MÃOS DO EXECUTIVO.

Os Atos Institucionais representaram o artifício político utilizado pelo regime militar para promover a centralização e o autoritarismo e tentar manter uma aparência de legalidade no país. O AI-5 representou o “Ato” mais repressor, pois suspendeu as garantias individuais e ampliou os poderes do executivo.

10. TEMA: REGIME MILITAR NO BRASIL



Disponível em: <http://pimentacomlimao.files.wordpress.com>. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

A charge remete ao contexto histórico conhecido como Diretas Já, ocorrido entre os anos de 1983 e 1984. O elemento histórico evidenciado na imagem é

- A) a insistência dos grupos políticos de esquerda em realizar atos políticos ilegais e com poucas chances de serem vitoriosos.
- B) a mobilização em torno da luta pela democracia frente ao regime militar, cada vez mais desacreditado.
- C) o diálogo dos movimentos sociais e dos partidos políticos, então existentes, como os setores do governo interessados em negociar a abertura.
- D) a insatisfação popular diante da atuação dos partidos políticos de oposição ao regime militar criados no início dos anos 80.
- E) a capacidade do regime militar em impedir que as manifestações políticas acontecessem.

RESOLUÇÃO

B) A MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA LUTA PELA DEMOCRACIA FRENTE AO REGIME MILITAR, CADA VEZ MAIS.

O movimento das Diretas Já envolveu todos os partidos de oposição, sindicatos e associações profissionais, reunindo a maior parte da sociedade brasileira em cidades diferentes do Brasil. O país já vivia o processo de abertura desde 1979; os governadores estaduais haviam sido eleitos diretamente, porém a eleição para Presidente da República, marcada para 1985, seria indireta, realizada no Colégio Eleitoral.